



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA DO AMAZONAS
SEFAZ-AM

MANHÃ

AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DO TESOURO ESTADUAL PROVA I

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

“Em certa ocasião, George Bernard Shaw (dramaturgo) enviou a Winston Churchill (primeiro ministro inglês) dois ingressos para a estreia de uma de suas peças, a ocorrer nesse mesmo dia, com a seguinte mensagem: *‘Traga um amigo, se você tiver um’*.”

Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite. *‘Mas’*, acrescentou, *‘ficarei honrado de comparecer a uma segunda apresentação, se houver uma.’*”

Sobre a significação e a estruturação desse pequeno texto, assinale a única afirmativa correta.

- (A) Trata-se de um pequeno texto descritivo de uma situação humorística.
- (B) Com a resposta, Churchill aludia ao possível fracasso da peça apresentada.
- (C) A nota de Bernard Shaw fazia uma homenagem a Churchill, que não foi bem interpretada.
- (D) O emprego de aspas simples dentro do texto marca a existência de um diálogo.
- (E) As notas dos dois personagens foram escritas em rigoroso paralelismo.

2

A frase a seguir está formulada no discurso indireto:

“Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite.”

Em discurso direto, a nota de Churchill deveria estar escrita do seguinte modo:

- (A) Não poderei comparecer esta noite.
- (B) Naquela noite não poderei comparecer.
- (C) Nesta noite não vou poder comparecer.
- (D) Não vou poder comparecer esta noite.
- (E) Essa noite não vou poder comparecer.

3

“Os piores inimigos do capitalismo não são os socialistas e os comunistas. São os capitalistas que abusam do capitalismo.”

Sobre esse fragmento, assinale a única afirmativa correta.

- (A) A tese desse pequeno texto argumentativo é a de que socialistas e comunistas são os piores inimigos do capitalismo.
- (B) O argumento principal na defesa da tese é uma constatação apoiada em estudos.
- (C) A segunda frase do texto expressa uma opinião que retifica o que foi expresso anteriormente.
- (D) A tese desse pequeno texto representa um acréscimo a uma opinião alheia.
- (E) A primeira frase atua como contra-argumentação, opondo-se a uma ideia generalizada.

4

“Empresa não é família. Aliás, não conheço nenhuma família que corte 20% dos membros quando entre em crise. Família divide o bife, põe mais água no feijão e não demite os filhos.”

A ideia básica defendida nesse texto é a de que

- (A) não se devem empregar parentes em uma empresa.
- (B) as famílias são mais fraternas que as empresas.
- (C) as famílias e as empresas têm relações diferentes entre seus componentes.
- (D) as empresas familiares são mais humanas que aquelas que se fundamentam somente em relações econômicas.
- (E) as empresas capitalistas mostram crueldade no tratamento de seus funcionários.

5

Um economista fez a seguinte observação:

“Recessão é quando você aperta o cinto. Depressão é quando você não tem cinto para apertar. Quando você perde as calças, você está no negócio das empresas aéreas.”

Em relação à estruturação ou significação desse pensamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) A expressão metafórica “apertar o cinto” equivale a “passar fome”.
- (B) A recessão econômica é o estágio mais grave da depressão.
- (C) O terceiro período não segue a mesma linha estrutural dos dois anteriores.
- (D) O negócio das empresas aéreas se mostra em situação econômica melhor do que as que estão em depressão.
- (E) A expressão “perder as calças” não está em linguagem figurada como “apertar os cintos”.

6

O economista Mário Henrique Simonsen é autor do seguinte pensamento:

“Combater a inflação congelando preços equivale a tentar curar a febre pela destruição dos termômetros.”

Sobre esse texto de Simonsen, assinale a observação adequada.

- (A) Trata-se de uma crítica aos que seguem “receitas” clássicas sem muito critério.
- (B) Mostra uma comparação didática para esclarecer uma solução encontrada no terreno econômico.
- (C) Indica uma crítica aos que em lugar de fazer algo, preferem dizer como fazer.
- (D) Elogia aqueles que, de forma adequada, trocam os fins pelos meios.
- (E) Compara o combate à inflação à destruição dos termômetros.

7

“Um diamante é um pedaço de carvão que se saiu bem sob pressão.”

Essa frase, que faz parte de um conjunto de citações sobre “negócios”, faz referência ao(à)

- (A) método de trabalhar com pressão sobre os demais.
- (B) modificação que pode ocorrer com as pessoas.
- (C) processo real da formação de um diamante.
- (D) mudança que o trabalho pode fazer nas pessoas.
- (E) valor do trabalho para o progresso humano.

8

“Sucedem muitas vezes alcançar-se muito mais entrando pela porta do criado do que por qualquer das outras”. (Napoleão Bonaparte)

No terreno do trabalho, as palavras de Napoleão aconselham a que o empregado

- (A) comece por baixo e alcance promoções.
- (B) tenha sempre alguém influente a defendê-lo.
- (C) seja humilde no trato social.
- (D) procure ser solidário com os demais.
- (E) deixe o orgulho de lado.

9

Um restaurante tem a seguinte placa na parede:

*wi-fi ?
Só depois de meia hora
de conversa.*

Os dizeres da placa

- (A) elogiam o *status* tecnológico dos clientes.
- (B) exigem a conversa fraterna entre cliente e garçom.
- (C) criticam a falta de mútua atenção entre os clientes.
- (D) mostram o desperdício de tempo das pessoas.
- (E) exibem o nível de atendimento do restaurante.

10

Leia o texto publicitário a seguir.

“Acho que a atração pela nossa marca... deve-se à transparência das coisas que fazemos. Os investidores podem tocar, ver e sentir o produto. Você não tem que ser um técnico para descobrir a vantagem que a lingerie oferece.”

Nesse caso, a maior vantagem do produto oferecido é

- (A) a perfeição nos processos de fabricação.
- (B) a possibilidade do contato físico antes da compra.
- (C) a honestidade seguida na publicidade do produto.
- (D) o conhecimento intuitivo da qualidade do produto.
- (E) a utilização de material de qualidade superior.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Considere as afirmativas:

- Alguns homens gostam de ler.
- Quem gosta de ler vai à livraria.

A partir dessas afirmativas é correto concluir que:

- (A) Todos os homens vão à livraria.
- (B) Mulheres não gostam de ler.
- (C) Quem vai à livraria gosta de ler.
- (D) Se um homem não vai à livraria então não gosta de ler.
- (E) Quem não gosta de ler não vai à livraria.

12

O número 10 pode ser escrito como uma soma de parcelas inteiras e maiores que zero de diversas formas. Por exemplo, $8 + 2$ e, também, $6 + 3 + 1$.

O número de maneiras em que o número 10 pode ser representado como uma soma de duas ou mais parcelas inteiras, maiores que zero e distintas, sem importar a ordem das parcelas, é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

13

Em uma sala de reuniões há uma mesa circular com cadeiras em volta. Nessa sala estão Abel, Daniel e Rafael que esperam Pedro, um amigo comum. Um dos três presentes diz:

“Vamos nos sentar de forma a deixar para Pedro apenas um lugar que não tenha um de nós como vizinho.”

Para cumprir o que foi dito, o número máximo de cadeiras em volta dessa mesa deve ser

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

14

Sabe-se que $12 \leq x \leq 15$ e $8 \leq y \leq 10$.

É correto concluir que:

- (A) $2 \leq x - y \leq 4$.
- (B) $2 \leq x - y \leq 5$.
- (C) $2 \leq x - y \leq 7$.
- (D) $3 \leq x - y \leq 5$.
- (E) $4 \leq x - y \leq 5$.

15

Considere uma operação entre números inteiros positivos a e b , representada pelo símbolo $\#$ e definida por:

$$a\#b = 2a + b$$

Considere, agora, o conjunto M dos números inteiros x tais que $x \# 3$ seja múltiplo de 5.

É correto afirmar que, dos números a seguir, o único que pertence ao conjunto M é

- (A) 2.
- (B) 5.
- (C) 13.
- (D) 15.
- (E) 21.

16

Ângela, Bárbara e Carla marcaram de se encontrar às 18h30min. Ana foi a primeira a chegar e esperou 23 minutos até a chegada da segunda; Bárbara chegou 12 minutos antes de Carla e Carla chegou 17 minutos atrasada.

Ana chegou às

- (A) 18h07min.
- (B) 18h12min.
- (C) 18h14min.
- (D) 18h17min.
- (E) 18h23min.

17

Um pote contém entre 150 e 200 balas. Miguel reparou que separando essas balas em grupos de 5 sobravam 2 balas, e que, separando em grupos de 7, sobravam também 2 balas.

Se Miguel separasse as balas em grupos de 9 balas, sobrariam

- (A) 0.
- (B) 2.
- (C) 4.
- (D) 6.
- (E) 8.

18

Considere as seguintes premissas:

- Quem tem azar não sorri.
- Quem é maratonista não está doente.
- Quem não está doente, sorri.

A partir dessas premissas é correto concluir que

- (A) Quem não está doente é maratonista.
- (B) Quem está doente não sorri.
- (C) Quem não tem azar sorri.
- (D) Quem é maratonista não tem azar.
- (E) Quem sorri, não está doente.

19

Considere as sentenças a seguir.

- Paulo é carioca ou Bernardo é paulista.
- Se Sérgio é amazonense, então Paulo é carioca.

Sabe-se que a primeira sentença é verdadeira e a segunda é falsa.

É correto concluir que

- (A) Paulo é carioca, Bernardo é paulista, Sérgio é amazonense.
- (B) Paulo é carioca, Bernardo não é paulista, Sérgio é amazonense.
- (C) Paulo não é carioca, Bernardo é paulista, Sérgio é amazonense.
- (D) Paulo não é carioca, Bernardo é paulista, Sérgio não é amazonense.
- (E) Paulo não é carioca, Bernardo não é paulista, Sérgio é amazonense.

20

Uma sequência de números inteiros é tal que cada termo, a partir do terceiro, é a soma do seu termo antecessor com o dobro do antecessor do antecessor.

Sabe-se que o sexto termo dessa sequência é 85 e, o oitavo, é 341.

O quarto termo da referida sequência é

- (A) 15.
- (B) 17.
- (C) 19.
- (D) 21.
- (E) 23.

Direito Constitucional

21

Maria e Joana, estudiosas do Direito Constitucional, travaram intenso debate a respeito da força normativa das normas programáticas, concluindo corretamente, ao fim, que normas dessa natureza

- (A) somente terão força normativa, produzindo algum efeito na realidade, após sua integração pela legislação infraconstitucional.
- (B) somente adquirem eficácia após sua integração pela legislação infraconstitucional, não ostentando, até então, a natureza de verdadeiras normas.
- (C) somente podem ser utilizadas, no controle de constitucionalidade, quando inexistir norma de eficácia plena que possa ser utilizada como paradigma de confronto.
- (D) a exemplo de qualquer norma de eficácia contida, não ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, já que seu alcance será delineado pela legislação infraconstitucional.
- (E) possuem eficácia, mas de modo limitado, devendo direcionar a interpretação dos demais comandos da ordem jurídica, além de revogar as normas infraconstitucionais preexistentes que se mostrem incompatíveis com elas.

22

João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes.

Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível.

Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada.

O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é

- (A) o mandado de segurança ou o *habeas data*, conforme a livre escolha de João.
- (B) o mandado de segurança.
- (C) o direito de petição.
- (D) o *habeas data*.
- (E) a reclamação.

23

Maria, de nacionalidade portuguesa, tem residência permanente no Brasil há pouco mais de duas décadas. Como pretende concorrer a um cargo eletivo, procurou um(a) advogado(a) e solicitou informações a respeito dessa possibilidade.

O(A) advogado(a) respondeu corretamente que Maria, à luz da ordem constitucional, com observância das condicionantes que sejam estabelecidas em tratado internacional,

- (A) pode se alistar como eleitora, mas não concorrer a cargo eletivo.
- (B) pode concorrer a qualquer cargo eletivo, em igualdade de condições com o brasileiro nato.
- (C) pode concorrer a cargo eletivo se requerer sua naturalização de modo concomitante com o alistamento eleitoral.
- (D) não pode concorrer a cargo eletivo, pois é, peremptoriamente, vedado a qualquer estrangeiro o registro de candidatura.
- (E) pode concorrer a cargo eletivo, salvo nos casos previstos na Constituição de 1988, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

24

Um grupo de pessoas, com destacada vida pública e elevado prestígio social, decidiu adotar as providências necessárias para constituir um partido político e lançar candidatos nas eleições que seriam realizadas dois anos depois.

Um(a) advogado(a) informou corretamente ao grupo que, observados os demais requisitos estabelecidos pela ordem jurídica, os partidos políticos

- (A) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.
- (B) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo posteriormente registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade.
- (C) adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, sendo a filiação partidária condição de elegibilidade, mas não requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.
- (D) adquirem personalidade jurídica com o seu reconhecimento pelo Tribunal Superior Eleitoral, não sendo a filiação partidária uma condição de elegibilidade, mas requisito para o recebimento de cotas do fundo partidário.
- (E) adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil, devendo comunicar o início de atividades ao Tribunal Superior Eleitoral, sendo admitidas candidaturas autônomas, sem filiação partidária, apenas para o Executivo.

25

Apesar da grande resistência do Prefeito Municipal, que vetara o projeto apresentado e aprovado pela totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Lei nº XX do Município Alfa veio a ser promulgada.

Esse diploma normativo detalhou os requisitos a serem observados pela propaganda comercial veiculada no território municipal e ainda dispôs sobre as atribuições da Secretária Municipal de Ordem Pública, que também criara, na fiscalização dessa propaganda.

A Lei nº XX, do Município Alfa é

- (A) constitucional, por dispor sobre matéria de interesse local e sobre a atribuição de órgão municipal.
- (B) inconstitucional, por apresentar vício de iniciativa, embora disponha sobre matéria de interesse local.
- (C) inconstitucional por dispor sobre matéria de competência legislativa privativa da União e apresentar vício de iniciativa.
- (D) constitucional, pois os entes federativos têm competência para legislar sobre a matéria, em proteção ao consumidor, e por dispor sobre a atribuição de órgão municipal.
- (E) inconstitucional por dispor sobre matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, embora não apresente vício de iniciativa.

26

Para permitir a ingerência do Poder Legislativo na escolha dos titulares dos cargos que integram os órgãos de cúpula de determinadas autarquias especiais, foi aprovada a Lei federal nº XX.

De acordo com esse diploma normativo, o Senado Federal deveria aprovar previamente a escolha desses agentes, que seria realizada pelo Presidente da República.

A Lei federal nº XX é

- (A) constitucional, pois a lei ordinária pode dispor sobre os cargos cujos titulares devem ser previamente aprovados pela referida Casa Legislativa.
- (B) inconstitucional, pois somente a lei complementar pode dispor sobre os cargos cujos titulares devem ser previamente aprovados pela referida Casa Legislativa.
- (C) inconstitucional, pois, embora a lei ordinária possa dispor sobre a matéria, a competência para aprovar a escolha desses agentes é do Congresso Nacional, não de uma de suas Casas.
- (D) inconstitucional, por afronta à separação dos poderes, pois, com exceção das situações expressamente previstas na ordem constitucional, compete privativamente ao Presidente da República realizar as nomeações, sem prévia aprovação.
- (E) constitucional, pois a Lei federal nº XX tão somente reproduziu, em parte, a Constituição de 1988, já que qualquer nomeação para órgãos de cúpula da administração indireta deve ser previamente aprovada pelo Senado Federal.

27

João, Juiz de Direito, teve uma severa briga com seu vizinho, causando-lhe lesões corporais gravíssimas. Como ele já tinha preenchido os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária, debateu com seu(sua) advogado(a) a respeito da melhor estratégia de defesa para o futuro processo criminal, considerando as regras vigentes em relação ao foro por prerrogativa de função.

Ao final, concluíram, corretamente, que João será processado e julgado

- (A) por um Juiz de Direito.
- (B) pelo Tribunal de Justiça.
- (C) pelo Tribunal de Justiça, e, mesmo que se aposente no curso da relação processual, o processo será mantido no Tribunal.
- (D) pelo Juiz de Direito ou pelo Tribunal de Justiça, conforme deliberado por este órgão, considerando as exigências da instrução.
- (E) pelo Tribunal de Justiça, mas, caso se aposente no curso da relação processual, o processo será encaminhado a um Juiz de Direito.

28

Após sofrer uma sanção disciplinar aplicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Maria, Juíza Federal, decidiu ingressar com uma ação visando à anulação da respectiva decisão, a qual, ao se ver, teria afrontado diversos direitos fundamentais.

À luz dessa narrativa, o foro competente é

- (A) um Juiz Federal, mas apenas se Maria interpuser mandado de segurança.
- (B) o Supremo Tribunal Federal, mas apenas se Maria interpuser mandado de segurança.
- (C) um Juiz Federal, qualquer que seja a ação proposta por Maria, incluindo eventual ação declaratória de nulidade ajuizada em face da União.
- (D) o Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja a ação ajuizada por Maria, incluindo eventual ação declaratória de nulidade ajuizada em face da União.
- (E) o Superior Tribunal de Justiça, que, por imposição constitucional, deve apreciar as ações ajuizadas em detrimento das decisões disciplinares proferidas pelo CNJ.

29

Maria foi convidada para integrar a Administração Pública direta do Município Beta. Embora tenha ficado muito empolgada com o convite, já que, até então, não lograra êxito em ser aprovada em um concurso para ocupar um cargo de provimento efetivo, teve sérias dúvidas em relação ao respectivo regime previdenciário, caso viesse a desempenhar trabalho temporário ou a ocupar cargo em comissão.

Ao se inteirar sobre a temática, Maria foi corretamente informada de que estaria sujeita ao

- (A) regime próprio de previdência social, se viesse a desempenhar trabalho temporário e, ao regime geral de previdência social, caso viesse a ocupar cargo em comissão.
- (B) regime próprio de previdência social, se viesse a ocupar cargo em comissão e, ao regime geral de previdência social, caso viesse a desempenhar trabalho temporário.
- (C) regime próprio de previdência social, em ambos os casos, se o Município Beta o tivesse criado até a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019.
- (D) regime próprio ou geral de previdência social, conforme a opção realizada por Maria no momento da nomeação.
- (E) regime geral de previdência social, em ambos os casos, o que não poderia ser excepcionado pelo Município Beta.

30

A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade.

Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é

- (A) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.
- (B) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.
- (C) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.
- (D) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.
- (E) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

Direito Administrativo

31

João, Secretário de Fazenda do Estado Alfa, por estar sobrecarregado de trabalho, deseja delegar sua competência para José, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, para praticar determinado ato administrativo de competência privativa de João, que não consiste em edição de ato normativo ou decisão de recurso hierárquico.

Sabe-se que a legislação do Estado Alfa, em matéria de delegação de competência, possui o mesmo teor da legislação federal sobre processo administrativo.

Nesse contexto, a delegação pretendida por João é

- (A) lícita, diante da inexistência de vedação legal de delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente.
- (B) ilícita, haja vista que apenas atos administrativos enunciativos podem ser objeto de delegação, desde que atendido o interesse público.
- (C) ilícita, porque a legislação de regência veda expressamente a delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente.
- (D) ilícita, pois a legislação de regência veda expressamente a delegação de competência para prática de todos os atos administrativos, em razão da hierarquia vertical da administração pública.
- (E) lícita, eis que, apesar da vedação legal de delegação de competência privativa do agente, João pode justificar o ato para atendimento ao interesse público.

32

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, em matéria de controle da Administração Pública, a inscrição de entes federados em cadastro de inadimplentes (ou outro que dê causa à negativa de realização de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres que impliquem transferência voluntária de recursos), pressupõe o respeito aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, somente reconhecido em algumas hipóteses, como após

- (A) o julgamento de tomada de contas especial necessariamente perante o Poder Judiciário, nos casos de descumprimento parcial ou total de convênio, prestação de contas rejeitada, ou existência de débito decorrente de ressarcimento de recursos de natureza contratual (inclusive os de conta não prestada).
- (B) o trânsito em julgado de processo judicial de ação de improbidade administrativa, no bojo da qual tenha sido condenado o gestor público ordenador de despesas do ente federativo por conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (C) o trânsito em julgado de processo judicial de ação civil pública pela prática de atos lesivos à administração pública, com base na Lei Anticorrupção, no bojo da qual tenha sido condenado o gestor público ordenador de despesas do ente federativo por realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- (D) o trânsito em julgado administrativo, perante o Tribunal de Contas competente, de processo que tenha reconhecido a existência de impropriedades em tomada de contas, desde que o atual gestor tenha sido pessoalmente notificado para sanar as ilegalidades e não tenha cumprido a decisão, no prazo de 30 (trinta) dias.
- (E) a devida notificação do ente faltoso e o decurso do prazo nela previsto (conforme constante em lei, regras infralegais ou em contrato), independentemente de tomada de contas especial, nos casos de não prestação de contas, não fornecimento de informações, débito decorrente de conta não prestada, ou quaisquer outras hipóteses em que incabível a tomada de contas especial.

33

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa descumpriu os limites de gastos com seu pessoal. Diante disso, a União proibiu o Estado Alfa de realizar operações de crédito e de receber transferências de recursos federais, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a União agiu

- (A) corretamente, pois o ente federativo Estado Alfa (representado pelo Poder Executivo) é a pessoa jurídica de direito público interno a que pertence o Poder Legislativo estadual.
- (B) corretamente, pois o Governo do Estado (Poder Executivo), no regular exercício do controle externo, deveria ter sustado os efeitos dos atos do Legislativo que afrontaram a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) corretamente, com base nos princípios da transcendência subjetiva das sanções e da unidade institucional, pois o Governador do Estado Alfa (na qualidade de chefe do Poder Executivo) representa o Estado em nível nacional.
- (D) incorretamente, por violação ao princípio da intrascendência subjetiva das sanções, na medida em que o Governo do Estado (Poder Executivo) não tem competência para intervir na esfera orgânica do Legislativo, que dispõe de plena autonomia institucional outorgada pela Constituição.
- (E) incorretamente, por violação ao princípio da continuidade dos serviços públicos, para cuja manutenção é imprescindível a realização de operações de crédito e o recebimento de transferências de recursos federais, sob pena de colapsar as contas públicas estaduais.

34

De acordo com o texto da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), é dispensável a licitação para

- (A) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (B) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (C) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (D) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

35

João, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais do Estado do Amazonas, casado com Maria, assistente administrativo da Fazenda Estadual do mesmo ente federativo, faleceu em março de 2022 e Maria, que ainda está em atividade, pretende obter sua pensão.

Em tema de regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Amazonas, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, o teto constitucional remuneratório do funcionalismo público previsto no Art. 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, incide

- (A) sobre o somatório da remuneração de Maria com a pensão de seu falecido marido João.
- (B) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João.
- (C) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João, mas que Maria deve escolher apenas uma das fontes de renda.
- (D) sobre o somatório da remuneração de Maria com a pensão de seu falecido marido João, apenas quando Maria se aposentar.
- (E) isoladamente sobre a remuneração de Maria e a pensão de seu falecido marido João, enquanto Maria estiver na ativa, e após sua aposentadoria não poderá acumular os proventos.

36

O Estado X, após regular licitação, celebrou com a concessionária Beta contrato de concessão para prestação do serviço público de transporte intermunicipal de passageiros. Durante a execução contratual, o poder concedente verificou uma série de irregularidades graves que estavam comprometendo a adequada prestação do serviço.

Assim, o Estado X decretou ontem a intervenção no contrato de concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Inconformada, a concessionária Beta impetrou mandado de segurança, hoje, pleiteando a nulidade da intervenção, diante da inexistência de contraditório e a ampla defesa, mediante a instauração de processo administrativo prévio à intervenção.

No caso em tela, de acordo com o texto da Lei nº 8.987/95 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) não há ilegalidade, pois, declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- (B) não há ilegalidade, pois não há necessidade de processo administrativo antes ou depois de declarada a intervenção, haja vista que a concessionária, se assim desejar, poderá ajuizar ação ordinária, na qual, mediante ampla produção probatória, poderá questionar a intervenção judicialmente.
- (C) há ilegalidade, porque a Constituição da República de 1988 e a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exigem instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes do decreto da intervenção.
- (D) há ilegalidade, pois a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exige instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes do decreto da intervenção, que é uma modalidade de encampação.
- (E) há ilegalidade, pois a lei que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos exige instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, antes da declaração de caducidade, não havendo previsão legal para intervenção em contratos de concessão.

37

Em matéria de aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, de acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) a sanção de perda da função pública, em relação a qualquer ato de improbidade, atinge qualquer vínculo que o agente tiver com o poder público no momento do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) na responsabilização da pessoa jurídica, não poderão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, pois o interesse público está acima do privado de a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (C) se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade não deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa, ainda que tenha por objeto os mesmos fatos, diante do caráter sancionador da improbidade.
- (D) a multa civil pode ser aumentada até cinco vezes o valor máximo previsto para cada espécie de ato de improbidade, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor inicialmente previsto é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (E) em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica.

38

Ressalvada a ordem de polícia, em relação à possibilidade de delegação do poder de polícia, por meio de lei, as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, o Supremo Tribunal Federal entende que é

- (A) inconstitucional, porque não integram a Administração Direta.
- (B) constitucional, inclusive no que tange à fase do ciclo de polícia de sanção de polícia.
- (C) inconstitucional, porque não ostentam personalidade jurídica de direito público.
- (D) constitucional, apenas no que tange à fase do ciclo de consentimento e fiscalização de polícia.
- (E) constitucional, apenas no que tange à fase do ciclo de polícia do consentimento de polícia, razão pela qual não podem aplicar multas.

39

Em matéria de licitações, observe que, na execução indireta de obras e serviços, são admitidos alguns regimes, como:

- I. empreitada por preço unitário;
- II. empreitada por preço global;
- III. empreitada integral.

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), assinale a opção que indica o(s) regime(s) compatível(is) com a execução indireta de obras e serviços de engenharia.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40

Fernando, profissional da imprensa, foi ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestação em que houve tumulto e conflitos entre policiais e manifestantes.

Os policiais que atuaram no evento portavam câmeras que filmaram o tumulto, restando comprovado que Fernando descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que havia grave risco à sua integridade física.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a responsabilidade civil

- (A) subjetiva do Estado, mas incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima.
- (B) objetiva do Estado, mas incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima.
- (C) objetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade do caso fortuito, em razão da imprevisibilidade dos danos sofridos por Fernando.
- (D) objetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, em razão da relevante função desempenhada pelo profissional de imprensa.
- (E) subjetiva do Estado, e não incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, em razão da relevante função desempenhada pelo profissional de imprensa.

Direito Tributário

41

Um empresário procura a Receita Estadual buscando informações sobre o Simples, com a perspectiva de recolher vários tributos em um único documento.

Como exemplo dos tributos recolhidos no Simples Nacional, em Documento Único de Arrecadação na forma da LC 123/2006, temos

- (A) IRPJ, Contribuição Previdenciária Patronal, IPI e ISS.
- (B) IRPJ, Imposto de Importação, IOF e COFINS.
- (C) IPI, ISS, ICMS e ITR.
- (D) IRPJ, ISS, ITR e IPTU.
- (E) IRPJ, Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores, IPI e ITR.

42

O Simples surgiu como uma oportunidade de formalização de muitas atividades, trazendo mais segurança para os contribuintes e para o Fisco. Ele está focado nas microempresas, nas empresas de pequeno porte e no microempreendedor individual.

Não poderá recolher impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, a microempresa ou a empresa de pequeno porte que

- (A) exerça atividade de importação de combustíveis.
- (B) exerça atividade de produção ou venda no atacado de cigarros.
- (C) exerça atividade de produção ou venda no atacado de cervejas sem álcool.
- (D) atue como centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga.
- (E) realize cessão ou locação de mão de obra.

43

A LC 123/2006 criou a figura do Microempreendedor Individual – MEI no claro intuito de permitir a formalização de mais trabalhadores sem também permitir que outros busquem este regime de tributação apenas para arrecadar menos.

Assinale a opção que indica uma regra para ser MEI.

- (A) Exercer qualquer atividade de contribuinte individual.
- (B) Receber no máximo 2 salários mínimos por mês de média anual pela atividade.
- (C) Ser sócio de mais de uma empresa, desde que a remuneração não passe de 3 salários mínimos.
- (D) Contratar, no máximo, 3 funcionários.
- (E) Não ser sócio ou administrador de mais de uma empresa.

44

Na definição de microempresa e empresa de pequeno porte para fins de enquadramento no regime de tributação do Simples na forma estabelecida pela LC nº 123/2006, a receita bruta anual é decisiva. Até R\$ 360.000,00 é microempresa e de R\$360.000,01 a R\$4.800.000,00 é considerado EPP – Empresa de Pequeno Porte.

Assim, é correto afirmar que

- (A) a microempresa que passar a EPP pela sua receita bruta precisa comunicar à Receita Federal essa troca.
- (B) a EPP não pode passar a Microempresa.
- (C) qualquer Microempresa ou EPP que respeitar tais limites estará obrigatoriamente no Simples.
- (D) o MEI, a Microempresa e a EPP estão dispensados dos recolhimentos dos demais tributos não englobados no Documento Único Mensal do Simples.
- (E) a microempresa que superar a receita bruta anual, se tornará EPP, passando a recolher mensalmente com base nas novas alíquotas, sem necessidade de maiores formalidades.

45

A repartição de receitas tributárias é um instituto presente no nosso ordenamento jurídico visando a auxiliar o financiamento das despesas dos entes federativos, principalmente em tributos que guardem relação com mais de um ente, por exemplo, União e Estados.

Os Estados estão obrigados a repartir a arrecadação tributária dos seguintes tributos:

- (A) IPVA, na proporção de 20% dos veículos licenciados no seu território e ICMS, na proporção de 50% do que for arrecadado.
- (B) IPVA, na proporção de 50% dos veículos licenciados no seu território, e ICMS, na proporção de 30% do que for arrecadado.
- (C) IPVA, na proporção de 50% dos veículos licenciados no seu território, e ICMS, na proporção de 25% do que for arrecadado.
- (D) IPVA, na proporção de 30% dos veículos licenciados no seu território, e ICMS, na proporção de 50% do que for arrecadado.
- (E) IPVA, na proporção de 25% dos veículos licenciados no seu território, e ICMS, na proporção de 50% do que for arrecadado.

46

O Governo Federal sempre que fala em reduzir as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados sofre críticas, especialmente de Estados e Municípios.

Sobre a razão legal ou constitucional para estas críticas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A União não pode agir assim por se tratar de tributo dos Estados.
- (B) Pela repartição de receitas tributárias, só os Estados têm razão em reclamar por perderem 25,5 % da arrecadação do IPI, que é destinado ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) O tributo é da União e não há razão legal ou constitucional para estas críticas.
- (D) Pela repartição das receitas tributárias, o Fundo de Participação dos Estados perde 21,5 % e o dos Municípios 25,5% da arrecadação do IPI, tendo imediato efeito para ambos.
- (E) Pela repartição de receitas tributárias, só os Municípios têm razão em reclamar por perderem 25,5 % da arrecadação do IPI, que é destinado ao Fundo de Participação dos Municípios.

47

Sobre os tributos que podem ser instituídos, sempre temos de estar atentos sobre a competência de cada ente federativo.

No que se refere aos Estados, estes podem instituir contribuições

- (A) de melhoria, de iluminação pública e para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- (B) sobre a receita de concurso de prognósticos, de melhoria e Contribuição de Intervenção sobre o Domínio econômico – CIDE.
- (C) Cide Combustíveis, de melhoria e sobre a receita de concurso de prognósticos.
- (D) sociais, de iluminação pública e para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- (E) de melhoria e para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

48

Alexandre Peres, com 14 anos, passou a receber valores a título de propaganda no seu canal de *Youtube*, com receita superior à isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

Assinale a opção que indica a situação de Alexandre, por ele ser menor, diante do IRPF.

- (A) Só pode ser contribuinte se for emancipado.
- (B) Não, o contribuinte será um dos seus pais.
- (C) Não há incidência de IRPF para menores.
- (D) Por auferir renda, pode ser contribuinte.
- (E) Seus pais serão solidariamente responsáveis, mesmo que seja possível cobrar do menor.

49

José, Guilherme e Carlos são sócios de uma sociedade empresária, cabendo ao segundo, a administração da mesma.

A sociedade empresária sempre quitou seus tributos, inclusive com lucro considerável. Em determinado momento, houve autuação da Receita Federal pela ausência de repasse para a Previdência Social das contribuições previdenciárias descontadas dos seus funcionários.

Assinale a opção que indica quem deve responder por esses valores.

- (A) A sociedade empresária, pois não houve dolo de nenhum dos sócios.
- (B) Os três sócios, pois houve lucro e era possível o recolhimento.
- (C) Apenas Guilherme, por se tratar de crime de apropriação indébita previdenciária, sendo pessoal a responsabilidade do agente.
- (D) A sociedade empresária, por se tratar de estado de necessidade.
- (E) Os sócios José e Carlos, por terem se omitido e se aproveitado do lucro.

50

A Seguridade Social é financiada por tributos específicos. Assinale a opção que indica as contribuições sociais destinadas ao custeio da Seguridade Social.

- (A) A Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), a contribuição sobre a receita de concurso de prognósticos e a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social.
- (B) a COFINS, as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDES) e a COFINS Importação.
- (C) A Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), as contribuições de melhoria e a COFINS.
- (D) A contribuição da empresa sobre a folha de salários, a contribuição de iluminação pública e a COFINS Importação.
- (E) as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDES), a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a COFINS.

Sistema Normativo Anticorrupção

51

João, servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, no exercício da função, de forma dolosa, livre e consciente, exigiu tributo que sabia indevido.

De acordo com o Código Penal, João, em tese, praticou crime de

- (A) concussão, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- (B) excesso de exação, cuja pena é de reclusão de três a oito anos e multa.
- (C) emprego irregular de rendas públicas, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa.
- (D) peculato, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.
- (E) corrupção ativa, cuja pena é de detenção de três a oito anos e multa.

52

De acordo com a chamada Lei Anticorrupção, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos à Administração Pública previstos naquela lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, desde que dessa colaboração resulte

- (A) a confissão da prática dos atos ilícitos perpetrados e a suspensão dos direitos políticos em até 14 (catorze) anos.
- (B) a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber, e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
- (C) o perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, e a suspensão de suas atividades pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- (D) a confissão pela pessoa jurídica de sua participação no ilícito e sua cooperação plena com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento e o pagamento de multa civil equivalente ao dobro do valor do dano.
- (E) a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

53

A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. De acordo com o citado diploma legal, em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, alguns meios de obtenção da prova.

As opções a seguir apresentam esses meios, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Acordo de colaboração premiada, que é um negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.
- (B) Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais.
- (C) Infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, que será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.
- (D) Ação controlada, que consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento, para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
- (E) Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica e, ainda que haja necessidade justificada de manter sigilo sobre a capacidade investigatória, é vedada ser dispensada licitação para contratação de serviços técnicos especializados, aquisição ou locação de equipamentos destinados à polícia judiciária para o rastreamento e obtenção de provas referentes a tal interceptação.

54

A sociedade empresária Alfa tem, em caráter permanente, como atividade principal, o exercício de atividades de promoção imobiliária e de compra e venda de imóveis.

Não obstante o sucesso dos negócios jurídicos que vem celebrando, a sociedade empresária Alfa praticou irregularidade no cumprimento da obrigação de identificar seus clientes e de manter cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes.

Assim agindo, de acordo com a Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, e a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos naquela Lei, a sociedade empresária Alfa

- (A) praticou crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
- (B) praticou crime de participação em organização criminosa que antecede a lavagem de dinheiro.
- (C) está sujeita à sanção de advertência, em matéria de responsabilidade administrativa.
- (D) está sujeita à sanção de multa de até cem salários mínimos, em matéria de responsabilidade civil.
- (E) está sujeita à sanção de inabilitação temporária de cinco anos, em matéria de responsabilidade administrativa.

55

Consoante dispõe a Lei nº 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, é efeito não automático da condenação em relação aos crimes previstos na citada lei, condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada, motivadamente na sentença,

- (A) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- (B) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo período de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses.
- (C) a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- (D) a perda do cargo, do mandato ou da função pública, desde que precedido de processo administrativo disciplinar conduzido pela controladoria-geral do ente público a que pertencer o agente público.
- (E) a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo de vinte salários mínimos para reparação dos danos causados pela infração, independentemente dos prejuízos sofridos pelo ofendido.

56

De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.687/2006, cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, adotará medidas apropriadas para promover a transparência e a obrigação de render contas na gestão da fazenda pública.

Consoante ao que dispõe o texto da citada convenção, essas medidas deverão abarcar

- (A) os sistemas eficazes e eficientes de controle interno, excluídos os de gestão de riscos.
- (B) a formulação posterior das condições de participação, incluídos critérios de seleção e regras de licitação.
- (C) o mecanismo de exame interno, excluindo um sistema eficaz de apelação, visando à celeridade.
- (D) a apresentação oportuna de informação sobre gastos e ingressos.
- (E) a aplicação de critérios subjetivos e predeterminados para a adoção de decisões sobre a contratação pública.

57

João, na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária Alfa, de forma dolosa, fraudou, em prejuízo da Administração Pública, licitação e contrato dela decorrente, mediante entrega de mercadoria com qualidade e em quantidade diversas das previstas no edital e no instrumento contratual.

De acordo com a legislação de regência, em tese, João

- (A) não praticou crime previsto no Código Penal, mas cometeu crime de menor potencial ofensivo, sendo cabível a transação penal.
- (B) não praticou crime previsto no Código Penal, mas cometeu crime de médio potencial ofensivo, sendo cabível a suspensão condicional do processo.
- (C) praticou crime de fraude em licitação ou contrato, previsto no Código Penal, com pena de reclusão de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos e multa.
- (D) praticou crime de contratação inidônea, previsto no Código Penal, com pena de reclusão de 1 (um) anos a 4 (quatro) anos e multa.
- (E) não praticou crime previsto no Código Penal, mas cometeu crime de fraude à licitação, tipificado em legislação especial própria, punível com pena de reclusão de 3 (três) anos a 6 (seis) anos e multa.

58

Em relação à colaboração premiada, de acordo com a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O recebimento de proposta de colaboração para análise ou o termo de confidencialidade implica, por si só, a suspensão da investigação.
- (B) O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações, mas não constitui marco de confidencialidade.
- (C) As tratativas sobre colaboração premiada podem ser realizadas sem a presença de advogado constituído ou defensor público, desde que sejam feitas diretamente pelo investigado e se limitem à metade das reuniões.
- (D) Caso haja necessidade de identificação ou complementação do objeto ou dos fatos narrados na proposta de acordo de colaboração, deverá ser indeferida a proposta, pois o acordo de colaboração premiada não poderá, em qualquer hipótese, ser precedido de instrução.
- (E) Caso não haja indeferimento sumário da proposta para formalização de acordo de colaboração, as partes deverão firmar termo de confidencialidade para prosseguimento das tratativas, o que vinculará os órgãos envolvidos na negociação e impedirá o indeferimento posterior sem justa causa.

59

A sociedade empresária Alfa praticou ato lesivo à Administração Pública, que atentou contra o patrimônio público e contra princípios da administração pública, porque, comprovadamente, utilizou-se de interposta pessoa jurídica para dissimular seus reais interesses, além de ter fraudado licitação pública e contrato dela decorrente.

De acordo com a Lei nº 12.846/2013, em matéria de responsabilização administrativa, no caso em tela, deve ser aplicada à sociedade empresária Alfa, caso seja considerada responsável pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção, a sanção de

- (A) suspensão ou interdição parcial de suas atividades, pelo período de 6 (seis) a 36 (trinta e seis) meses e multa de até o dobro do valor do dano ao erário.
- (B) dissolução compulsória da pessoa jurídica e multa, no valor de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.
- (C) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, e multa de até o dobro do valor do dano ao erário.
- (D) multa civil equivalente ao valor do dano e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.
- (E) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, e publicação extraordinária da decisão condenatória.

60

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecida como Convenção de Palermo, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.015/2004, é o principal instrumento global de combate ao crime organizado transnacional.

De acordo com a citada convenção, em matéria de medidas para combater a lavagem de dinheiro, cada Estado

- (A) promoverá medidas necessárias para ressarcimento ao erário, vedado que se permita o confisco do produto das infrações previstas naquela Convenção.
- (B) adotará medidas eficazes de ordem administrativa, mas não legislativa, em razão da separação dos poderes, para promover a integridade e prevenir, detectar e punir a corrupção dos agentes públicos.
- (C) aplicará medidas viáveis para detectar e vigiar o movimento transfronteiriço de numerário e de títulos negociáveis, vedada a inclusão de exigência de que os particulares e as entidades comerciais notifiquem as transferências transfronteiriças de quantias elevadas em numerário e títulos negociáveis.
- (D) instituirá um regime interno de regulamentação e controle dos bancos e instituições financeiras não bancárias e, quando se justifique, de outros organismos especialmente susceptíveis de serem utilizados para a lavagem de dinheiro, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de lavagem de dinheiro, sendo enfatizados os requisitos relativos à identificação do cliente, ao registro das operações e à denúncia de operações suspeitas.
- (E) garantirá que as autoridades responsáveis pela administração, regulamentação, detecção e repressão à lavagem de dinheiro tenham a capacidade de cooperar e trocar informações em âmbito nacional e internacional, vedada a criação fora do Judiciário de um serviço de informação financeira que funcione como centro nacional de coleta, análise e difusão de informação relativa a eventuais atividades de lavagem de dinheiro.

Análise das Demonstrações Contábeis

61

Em X1, uma entidade apresentava índice de liquidez geral de 1,80. No entanto, os contadores analisaram a situação e constataram que a situação financeira da entidade no ano não era boa, de modo que ela não conseguiria honrar seus compromissos de terceiros.

Assinale a opção que indica a limitação do índice de liquidez geral, que pode ter gerado a distorção.

- (A) Não são incluídas as obrigações com os sócios da entidade, somente com o capital de terceiros.
- (B) Não há correção dos elementos patrimoniais pela inflação, de modo que não há consideração da perda de valor do dinheiro no tempo.
- (C) Não são incluídos os ativos imobilizados, intangíveis e investimentos, que são, muitas vezes, essenciais para o funcionamento da entidade.
- (D) A informação utilizada não é tempestiva, de modo que os lançamentos contábeis realizados não são incluídos imediatamente no balanço patrimonial.
- (E) Não são levados em consideração os prazos de realização dos ativos e de pagamento dos passivos, de modo que aqueles que vencem no curtíssimo prazo recebem o mesmo tratamento dos que vencem no longo prazo.

62

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial em 01/12/X0:

Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Caixa	200.000	Capital Social	200.000
Total	200.000	Total	200.000

No mês de dezembro, aconteceram as seguintes transações:

- 01/12 - Pagamento de dois anos de aluguel antecipado, com apropriação linear e mensal, a partir de dezembro: R\$36.000
- 01/12 - Compra à vista de computadores para serem utilizados na atividade fim, com vida útil estimada em 3 anos: R\$18.000.
- 10/12 - Compra de terreno destinado à valorização para pagamento em 10 meses: R\$50.000.
- 22/12 - Aplicação em um fundo de investimento de longo prazo: R\$30.000.

A análise vertical do balanço patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/X0, permite detectar a composição percentual de cada grupo em relação ao ativo total.

Nesse sentido, assinale a opção que, corretamente, associa o grupo ao percentual do ativo total.

- (A) Ativo circulante: 47,06%.
- (B) Ativo realizável a longo prazo: 26,77%.
- (C) Propriedade para Investimentos: 20,16%.
- (D) Ativo imobilizado: 27,38%.
- (E) Patrimônio Líquido: 81,14%.

63

Uma sociedade empresária apresentou as seguintes Demonstrações do Resultado do Exercício em 31/12/X0 e em 31/12/X1:

	31/12/X1	31/12/X0
Receita de Vendas	250.000	180.000
Custo das mercadorias vendidas	- 140.000	- 100.000
Lucro Bruto	110.000	80.000
Despesas e Receitas Operacionais	- 50.000	- 40.000
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	60.000	40.000
IR e CS	- 20.400	- 13.600
Lucro Líquido	39.600	26.400

O índice médio de inflação entre os exercícios de X0 e X1 foi de 20%.

Assinale a opção que indica o aumento do lucro líquido da sociedade empresária no exercício de X1, considerando a informação de maior qualidade técnica.

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 33%.
- (D) 42%.
- (E) 50%.

64

Em 01/01/2010, uma sociedade empresária de auditoria comprou um prédio por R\$800.000, para o funcionamento de seu escritório. A vida útil foi estimada em 40 anos, e não foi considerado valor residual.

O prédio é depreciado pelo método da linha reta. A sociedade empresária realiza testes de recuperabilidade anualmente, não sendo constatada nenhuma perda.

Ao longo dos anos aconteceram melhorias na região onde o prédio estava localizado, de modo que novos prédios foram construídos e vendidos por valores mais elevados.

Em 31/12/2021, o valor justo do prédio foi estimado em R\$700.000.

Assinale a opção que indica o índice de imobilização do patrimônio líquido em 31/12/2021, considerando que o patrimônio líquido da sociedade empresária é de R\$ 1 milhão, e que não há outros ativos imobilizados.

- (A) 0,24.
- (B) 0,49.
- (C) 0,56.
- (D) 0,70.
- (E) 0,80.

65

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/X0:

Ativo	600.000	Passivo	250.000
		Patrimônio Líquido	350.000
Total	600.000	Total	600.000

No ano de X1, a sociedade empresária comprou à vista as suas próprias ações no mercado, de modo a diminuir a circulação.

Assinale a opção que indica o efeito da compra de ações nos indicadores de endividamento geral e na imobilização do patrimônio líquido, respectivamente.

- (A) Aumento e aumento.
- (B) Aumento e diminuição.
- (C) Diminuição e aumento.
- (D) Diminuição e diminuição.
- (E) Diminuição e sem efeito.

66

O contador de uma entidade deseja elaborar projeções para os períodos seguintes. Para isso, deseja avaliar o grau de dependência dos empréstimos e financiamentos da entidade com as instituições financeiras.

Assinale a opção que apresenta o indicador apropriado para a análise, frente ao objetivo.

- (A) Liquidez geral.
- (B) Endividamento geral.
- (C) Composição das exigibilidades.
- (D) Endividamento oneroso.
- (E) Composição do endividamento oneroso.

67

Assinale a opção que indica um fato que pode trazer aumento ao indicador de liquidez imediata de uma sociedade empresária.

- (A) Arrendamentos.
- (B) Uso de estimativas.
- (C) Operações de securitização de recebíveis.
- (D) Avaliação de ativos ao valor justo.
- (E) Realização do teste de recuperabilidade dos ativos.

68

O índice de liquidez seca é considerado mais rígido e conservador do que o índice de liquidez corrente.

Isso acontece porque, no numerador, o indicador

- (A) considera apenas o caixa, que representa o ativo mais líquido.
- (B) considera apenas os ativos de curtíssimo prazo, com realização em até 90 dias.
- (C) considera apenas os ativos operacionais, que se relacionam à atividade fim da entidade.
- (D) não considera os ativos circulantes que podem ser de difícil realização, como estoques e despesas antecipadas.
- (E) não considera as contas a receber de clientes, já que apresentam risco de inadimplência.

69

Na análise de indicadores, o *índice de liquidez imediata* tem sua utilidade aumentada em entidades que

- (A) seguem o regime de caixa.
- (B) só realizam vendas à vista.
- (C) tenham poucos ativos imobilizados.
- (D) apresentem endividamento baixo.
- (E) estejam com sua continuidade comprometida.

70

Uma sociedade empresária apresentava os seguintes indicadores de liquidez nos anos de X1 e X2.

	<u>31/12/X2</u>	<u>31/12/X1</u>
Liquidez Imediata	0,17	0,22
Liquidez Corrente	0,32	0,25
Liquidez Geral	1,10	1,05

No ano, o passivo da sociedade não apresentou alterações relevantes.

Em relação aos elementos patrimoniais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Houve aumento na conta caixa.
- II. Houve aumento no ativo circulante.
- III. Houve aumento no ativo imobilizado.

Com base nos indicadores de liquidez apresentados, está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I e III, somente.

Realização





AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DO TESOURO ESTADUAL PROVA II

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Contabilidade Geral

1

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades forneçam informações diretamente a eles, sendo, portanto, os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Nesse sentido, em relação aos relatórios financeiros para fins gerais, de acordo com o Pronunciamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Destinam-se a apresentar o valor da entidade que reportam.
 (B) Baseiam -se em representações exatas e precisas do que se propõem a apresentar.
 (C) São completos, de modo que os usuários não precisam considerar informações de outras fontes.
 (D) Incluem informações adicionais que são úteis a um subconjunto específico de principais usuários.
 (E) Não são do interesse da administração da entidade que reporta, uma vez que esta obtém, internamente, as informações financeiras de que precisa.

2

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

Ativo Circulante	102.000	Passivo Circulante	8.000
Caixa	50.000	Salários a pagar	8.000
Estoques	20.000	Passivo não Circulante	30.000
Despesas antecipadas	12.000	Empréstimos	30.000
Clientes	20.000		
Ativo não Circulante	42.000	Patrimônio Líquido	106.000
Realizável a Longo Prazo		Capital Social	100.000
Despesas antecipadas	12.000	Reserva de Lucros	6.000
Imobilizado			
Veículos	50.000		
Depreciação Acumulada -	20.000		
Ativo Total	144.000	Passivo + PL	144.000

As despesas antecipadas dizem respeito ao aluguel de uma sala comercial durante o ano e abrangem o período de doze meses.

Os veículos têm vida útil estimada em 5 anos e valor residual zero.

Em janeiro de X1, aconteceram os seguintes eventos:

- Pagamento dos salários do período anterior;
- Recebimento do saldo com clientes;
- Venda de todo o estoque por R\$50.000, sendo metade à vista e metade com recebimento em 60 dias. A inadimplência é estimada em 3%;
- Reconhecimento de despesas gerais, no valor de R\$5.000;
- Reconhecimento da despesa de depreciação e do aluguel.

Assinale a opção que indica o lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social da sociedade empresária, em 31/01/X1.

- (A) R\$12.167.
 (B) R\$22.417.
 (C) R\$22.750.
 (D) R\$23.167.
 (E) R\$23.500.

3

Uma sociedade empresária que presta serviços de auditoria possui um terreno que é mantido para valorização de capital a longo prazo.

Em relação à mensuração do terreno no balanço patrimonial da sociedade empresária, ela deve

- (A) usar o método do custo.
 (B) usar o método do valor justo.
 (C) usar o método do custo de reposição
 (D) escolher entre o método do valor justo e o método do custo.
 (E) escolher entre o método do valor justo e o método do valor presente.

4

Uma sociedade empresária, que prestava serviços de consultoria, apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0:

Ativo Circulante	100.000		
Caixa	100.000		
Ativo não Circulante	34.000	Patrimônio Líquido	134.000
Realizável a Longo Prazo		Capital Social	200.000
IR Diferido- Crédito Fiscal	34.000	Prejuízos Acumulados	- 66.000
Ativo Total	134.000	Passivo + PL	134.000

Neste ano, o prejuízo fiscal foi de R\$100.000.

No ano de X1, aconteceram os seguintes fatos:

- Reconhecimento de receitas: R\$500.000;
- Reconhecimento dos custos: R\$200.000;
- Reconhecimento de despesas gerais tributáveis: R\$100.000;
- Reconhecimento de provisão para contingências: R\$50.000.

Assinale a opção que indica o lucro líquido na Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária, em 31/12/X1, considerando alíquota de imposto sobre a renda e contribuição social de 34%.

- (A) R\$59.400.
 (B) R\$76.560.
 (C) R\$85.536.
 (D) R\$88.902.
 (E) R\$99.000.

5

Em 01/01/X0, uma sociedade empresária contrai um empréstimo bancário de longo prazo no valor de R\$100.000. Pelo empréstimo, ela reconhece e paga juros trimestrais de R\$10.000.

Na elaboração de sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, os contadores da sociedade empresária optam por não seguir o encorajamento do Pronunciamento Técnico CPC 03 (02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, evidenciando o fato em nota explicativa.

Assinale a opção que indica o impacto gerado na Demonstração dos Fluxos de Caixa da sociedade empresária, em 31/12/X0.

- (A) Aumento de R\$60.000 na atividade operacional.
 (B) Aumento de R\$60.000 na atividade de investimento.
 (C) Aumento de R\$60.000 na atividade de financiamento.
 (D) Aumento de R\$100.000 na atividade de financiamento e diminuição de R\$40.000 na atividade operacional.
 (E) Aumento de R\$100.000 na atividade de investimento e diminuição de R\$40.000 na atividade operacional.

6

Uma sociedade empresária apresenta o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

Ativo Circulante	130.000	Passivo Circulante	12.000
Caixa	90.000	Dividendos a pagar	12.000
Estoques	40.000		
Ativo não Circulante	50.000	Patrimônio Líquido	168.000
Ativo Realizável a Longo Prazo		Capital Social	140.000
Investimentos- LP	50.000	Reserva de Lucros	28.000
Ativo Total	180.000	Passivo + PL	180.000

O investimento rende juros de R\$12.000 ao ano.

No ano de X0 aconteceram os seguintes fatos:

- Pagamento dos dividendos que estavam no passivo.
- Venda de todo o estoque por R\$160.000 à vista.
- Reconhecimento e pagamento de despesa de salários no valor de R\$54.000, sendo R\$20.000 a empregados próprios e, R\$34.000, para mão de obra terceirizada.
- Reconhecimento e pagamento de despesas de aluguel de sala comercial utilizada no ano, no valor de R\$36.000.
- Reconhecimento da receita de juros do investimento.
- Reconhecimento do imposto sobre a renda com base na alíquota de 24% do lucro antes do imposto sobre a renda.
- Distribuição de 25% do lucro líquido a título de dividendos.

Os contadores elaboraram a Demonstração do Valor Adicionado do seguinte modo:

Distribuição do Valor Adicionado	%
Pessoal	(A)
Impostos, taxas e contribuições	(B)
Remuneração de capital de terceiros	(C)
Remuneração de capitais próprios	(D)

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o preenchimento correto da tabela de A a D, considerando que não há diferença entre o tratamento contábil e o tributável.

- (A) 16,67%; 8,40%; 38,33%; 36,60%.
 (B) 18,18%; 9,16%; 32,73%; 39,93%.
 (C) 18,52%; 9,33%; 42,56%; 29,56%.
 (D) 20,41%; 10,29%; 36,73%; 32,57%.
 (E) 23,24%; 11,71%; 41,83%; 23,22%.

7

De acordo com a modificação trazida pela Lei nº 11.941/2009 à Lei nº 6.404/1976, no balanço patrimonial, as aplicações em instrumentos financeiros e em direitos e títulos de crédito, classificados no ativo circulante ou no ativo realizável, a longo prazo, são avaliadas pelo seu valor justo no seguinte caso:

- (A) são aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
 (B) são aplicações relevantes para a entidade.
 (C) dizem respeito a créditos com sociedades controladas.
 (D) representam investimentos em bancos de primeira linha.
 (E) dizem respeito a vendas a crédito com empresas no exterior.

8

Em 01/12/X0, uma sociedade empresária adquiriu ações de emissão própria para mantê-las em tesouraria por R\$100.000. Na aquisição, incorreu em custos de transação de R\$15.000.

Assinale a opção que indica a contabilização da aquisição pela sociedade empresária.

- (A) D- Capital Social: R\$115.000;
 C- Ações em tesouraria: R\$115.000.
 (B) D- Ações em tesouraria: R\$115.000;
 C- Caixa: R\$115.000.
 (C) D- Despesas: R\$115.000;
 C- Capital Social: R\$115.000.
 (D) D- Ações em tesouraria: R\$100.000;
 D- Despesas: R\$15.000;
 C- Caixa: R\$115.000.
 (E) D- Despesas: R\$15.000;
 D- Capital Social: R\$100.000;
 C- Caixa: R\$15.000;
 C- Ações em tesouraria: R\$100.000.

9

Uma sociedade empresária, que presta serviços de consultoria, apresentou os seguintes saldos em sua Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0:

- Receita de serviços: R\$500.000;
- Descontos concedidos: R\$15.000;
- Abatimentos: R\$10.000;
- Juros auferidos: R\$50.000;
- Prêmio de resgate de debêntures: R\$16.000;
- Receita com equivalência patrimonial: R\$20.000;
- Receita de títulos vinculados ao mercado aberto: R\$21.000;
- Custo dos Serviços Prestados: R\$200.000;
- Despesas gerais: R\$80.000;
- Comissões e despesas bancárias: R\$8.000; e
- Variações monetárias das obrigações: R\$18.000.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro da sociedade empresária, em 31/12/X0.

- (A) R\$9.000.
 (B) R\$32.000.
 (C) R\$38.000.
 (D) R\$46.000.
 (E) R\$54.000.

10

Uma sociedade empresária, que trabalha com a revenda de mercadorias, está localizada em um país onde a inflação é de 30% ao ano.

Em 01/01/X1, seu estoque, que era avaliado pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), passou a ser avaliado pelo custo médio ponderado móvel.

Ao refazer suas demonstrações contábeis referentes ao ano de X0 pelo método do Custo Médio, em comparação ao método PEPS, e considerando que o custo de compra do produto segue a inflação do país, foi constatado que

- (A) o lucro bruto era maior.
 (B) o lucro líquido era maior.
 (C) a receita de vendas era maior.
 (D) o custo das mercadorias vendidas era menor.
 (E) a despesa com imposto sobre a renda e com contribuição social era menor.

11

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve divulgar suas demonstrações contábeis, quando não forem elaboradas de acordo com o seguinte pressuposto:

- (A) continuidade.
- (B) neutralidade.
- (C) conservadorismo.
- (D) essência sobre a forma.
- (E) regime de competência.

12

Uma entidade adquire mercadorias para revenda no valor de R\$50.000 à vista. A alíquota incidente do ICMS é de 18%.

Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis na entidade, no momento da compra.

- (A) D – Estoque: R\$50.000.
C - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$41.000.
- (B) D – Estoque: R\$50.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C - ICMS a pagar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$50.000.
- (C) D – Estoque: R\$50.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$59.000.
- (D) D – Estoque: R\$41.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$50.000.
- (E) D – Estoque: R\$41.000.
C - ICMS a pagar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$32.000.

Contabilidade de Custos

13

Uma sociedade empresária produz e vende shampoos. Em janeiro de X0, ela reconheceu os seguintes gastos:

- Matéria prima consumida: R\$40.000.
- Salários: R\$130.000, sendo R\$50.000 no pessoal da fábrica e R\$80.000 do pessoal administrativo.
- Depreciação: R\$60.000, sendo R\$35.000 das máquinas e R\$25.000 dos móveis e equipamentos do escritório.
- Custos e Despesas Gerais: R\$60.000, sendo R\$32.000 da fábrica e R\$28.000 do escritório.
- Despesas de venda dos *shampoos*: R\$30.000, sendo R\$20.000 de comissão dos vendedores e R\$10.000 de gastos com a entrega.

Assinale a opção que indica os custos contabilizados, em janeiro de X0.

- (A) R\$85.000.
- (B) R\$125.000.
- (C) R\$135.000.
- (D) R\$157.000.
- (E) R\$187.000.

14

Em consideração ao custo padrão corrente de um produto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve partir da média do passado e introduzir algumas modificações esperadas para o período.
- (B) Representa uma situação almejada no longo prazo, com o uso de toda a capacidade da empresa.
- (C) Representa o valor conseguido com o uso dos melhores materiais e considerando a máxima eficiência.
- (D) Diz respeito ao custo observado no período anterior e é utilizado como exemplo para os períodos seguintes.
- (E) Diz respeito ao valor que a empresa fixa como meta para o próximo período, levando em consideração as deficiências existentes.

15

Uma fábrica produzia chapéus e bonés. Em janeiro de X0, a produção de chapéus e de bonés consumiu, respectivamente, R\$30.000 e R\$20.000 em matéria prima.

Além disso, os gastos com mão de obra direta foram de R\$45.000, sendo que R\$18.000 diziam respeito à produção dos chapéus e, R\$27.000, à produção dos bonés.

Ainda, os gastos com depreciação da máquina e energia elétrica foram de R\$60.000. Estes são alocados proporcionalmente entre os dois produtos, com base no consumo de mão de obra.

Assinale a opção que indica o custo com a produção dos bonés em janeiro de X0.

- (A) R\$47.000.
- (B) R\$71.000.
- (C) R\$76.684.
- (D) R\$77.000.
- (E) R\$83.000.

16

Uma sociedade empresária produz e vende colares. Cada colar é vendido por R\$300,00, sendo que os vendedores recebem uma comissão de 10% sobre o preço de venda. Além disso, os custos variáveis de cada colar são de R\$50,00.

O salário mensal dos empregados é de R\$80.000 e as despesas gerais são de R\$40.000 por mês. Ainda, no processo produtivo, é utilizada uma máquina que foi comprada por R\$300.000 e tem vida útil estimada em cinco anos, sendo esta depreciada linearmente, sem o reconhecimento de valor residual.

Assinale a opção que indica o ponto de equilíbrio financeiro no mês da fábrica, em unidades, considerando que todas as receitas, despesas e custos são realizados à vista.

- (A) 480.
- (B) 500.
- (C) 546.
- (D) 568.
- (E) 818.

17

Uma sociedade empresária que fabricava e vendia bonecas apresenta em determinado ano alavancagem operacional de 5,00.

Isso significa que

- (A) a receita aumenta em 5% a cada aumento de 1% nas vendas.
- (B) o lucro aumenta em 5% a cada aumento de 1% nas vendas.
- (C) a receita aumenta em 1% a cada aumento de 5% nas vendas.
- (D) o lucro aumenta em 1% a cada aumento de 5% nas vendas.
- (E) o caixa aumenta em 5% a cada aumento de 1% na receita.

18

Uma fábrica produz e vende bicicletas. Cada bicicleta é vendida por R\$1.000 e incorre em custos de R\$400. Ainda, a fábrica reconhece mensalmente custos e despesas fixas de, respectivamente, R\$90.000 e R\$30.000.

Em dezembro de X0, a fábrica produziu e vendeu 240 bicicletas.

Assinale a opção que indica a margem de segurança da fábrica neste mês.

- (A) 16,67%.
- (B) 20,00%.
- (C) 25,00%.
- (D) 37,50%.
- (E) 40,00%.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

19

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público precisam de informações para subsidiar as avaliações das seguintes questões, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- (B) Se a qualidade da prestação de serviços, frente às outras entidades do setor público, mantém sua qualidade.
- (C) Se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.
- (D) Se os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros são suficientes e até que ponto há restrições para a utilização desses recursos.
- (E) Se a carga tributária que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes tem mudado.

20

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as bases de mensuração para os passivos, assinale a opção que indica o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

- (A) Custo histórico.
- (B) Valor de mercado.
- (C) Preço presumido.
- (D) Custo de liberação.
- (E) Custo de cumprimento da obrigação.

21

O candidato a prefeito em um município divulga, no momento de campanha, que pretende construir novos hospitais no município ao custo de R\$500.000, no ano de sua posse.

O candidato foi efetivamente eleito.

Assinale a opção que indica a contabilização do montante pelo município.

- (A) Passivo, no momento de campanha.
- (B) Passivo, no momento da posse.
- (C) Despesa, no momento de campanha.
- (D) Despesa, no momento da posse.
- (E) Não deve haver contabilização.

22

Em relação à divulgação das demonstrações contábeis por uma entidade do setor público, de acordo com a NBC T SP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a afirmativa correta.

- (A) As demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos trimestralmente.
- (B) A entidade deixa de divulgar as demonstrações contábeis dentro do prazo, devido à complexidade das operações.
- (C) A entidade deve estar pronta para divulgar suas demonstrações contábeis em até quatro meses a partir da data-base das demonstrações contábeis.
- (D) A entidade, em circunstâncias excepcionais, pode ser solicitada a alterar a data-base de apresentação, para alinhar o período contábil ao ciclo orçamentário.
- (E) A utilidade das demonstrações contábeis é tamanha, que permanece mesmo quando essas não são disponibilizadas aos usuários dentro de período razoável, após a data-base.

23

De acordo com a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a apresentação de ativos e passivos no balanço patrimonial das instituições financeiras proporciona informação fidedigna e mais relevante do que a apresentação como circulante e não circulante, se adotado o seguinte critério:

- (A) ordem crescente ou decrescente de liquidez.
- (B) ordem crescente ou decrescente de magnitude.
- (C) grau de familiaridade da entidade credora ou devedora.
- (D) ordem de reconhecimento dos respectivos ativos e passivos.
- (E) grau de relacionamento com os ativos e passivos não financeiros.

24

De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência.

Assinale a opção que indica quando há geração de caixa proveniente da atividade de financiamento.

- (A) Caixa recebido decorrente de operações descontinuadas.
- (B) Pagamentos em caixa por arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
- (C) Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros, quando a entidade não é instituição financeira pública.
- (D) Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos.
- (E) Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto.

25

De acordo com o MCASP, o Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público.

Em relação às inovações proporcionadas pelo PCASP, analise os itens a seguir.

- I. A segregação das informações orçamentárias e patrimoniais.
- II. O registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de caixa.
- III. O registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

26

O Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.

Nesse sentido, a natureza de informação de controle corresponde às seguintes classes:

- (A) controle devedores e controle credores.
- (B) controles internos e controles externos.
- (C) controles ativos e controles passivos.
- (D) controle da aprovação e controle da execução.
- (E) controle de variações diminutivas e controles de variações aumentativas.

27

De acordo com a NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, quando as demonstrações contábeis e o orçamento não são elaborados em base comparável, e o regime de competência é adotado para o orçamento, os valores realizados apresentados em base comparável ao orçamento devem ser conciliados aos valores realizados apresentados nas demonstrações contábeis, identificando separadamente qualquer regime, periodicidade e diferença entre as entidades.

Assinale a opção que os indica.

- (A) As receitas totais e as despesas totais, apenas.
- (B) As receitas totais, as despesas totais, os ativos e os passivos, apenas.
- (C) Os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.
- (D) Os ativos e os passivos e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.
- (E) As receitas totais, as despesas totais e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.

28

De acordo com a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, denomina-se objeto de custo a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos.

Os principais objetos de custos são identificados a partir de informações dos subsistemas

- (A) orçamentário e monetário.
- (B) orçamentário e patrimonial.
- (C) monetário e patrimonial.
- (D) financeiro e econômico.
- (E) econômico e patrimonial.

29

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações financeiras e não financeiras capazes de influenciar, significativamente, o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, são informações

- (A) materiais.
- (B) confiáveis.
- (C) relevantes.
- (D) tempestivas.
- (E) compreensíveis.

30

Uma entidade do setor público apresentava as seguintes informações em relação ao seu orçamento:

- Receita prevista: R\$800.000
- Receita executada: R\$750.000
- Despesa fixada: R\$600.000
- Despesa executada R\$620.000.

Assinale a opção que indica o resultado orçamentário da entidade no período.

- (A) Déficit de R\$50.000.
- (B) Déficit de R\$20.000.
- (C) Superávit de R\$30.000.
- (D) Superávit de R\$130.000.
- (E) Superávit de R\$200.000.

Análise de Dados

31

Com relação às características de dados abertos, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Reuso e redistribuição*: os dados precisam estar disponíveis integralmente, devendo estar em um formato conveniente e modificável e sob custo não maior que um custo razoável de reprodução.
- II. *Disponibilidade e acesso*: os dados precisam ser fornecidos em condições de reuso e redistribuição, podendo ser recombinados com outros dados.
- III. *Participação universal*: todos os usuários podem usar, reusar e redistribuir o dado sem restrições de áreas de atuação, pessoas ou grupos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

32

O *Power BI* da Microsoft é uma coleção de serviços de *software*, aplicativos e conectores que trabalham em conjunto para transformar fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e mais interativas.

O elemento do *Power BI* que cria relatórios paginados, é denominado

- (A) *Power BI Service*.
- (B) *Power BI Desktop*.
- (C) *Power BI Report Maker*.
- (D) *Power BI Report Builder*.
- (E) *Power BI Reporting Manager*.

33

A estrutura de dados usada em índices multiníveis dinâmicos em banco de dados relacionais, que garantem que tais estruturas sempre estejam balanceadas e que o espaço desperdiçado pela exclusão de itens de dados, se houver, nunca se torne excessivo, é denominada

- (A) fila.
- (B) *hash*.
- (C) *bitmap*.
- (D) árvore B.
- (E) árvore binária.

34

Os *data warehouses* existem para facilitar que analista e tomadores de decisão executem as consultas complexas e ocasionais, fazendo uso intensivo de dados por meio de processamento OLAP.

A operação analítica que se caracteriza por analisar dados em níveis de agregação progressivamente mais detalhados e de menor granularidade, é denominada

- (A) *pivot*.
- (B) *roll-up*.
- (C) *drill-down*.
- (D) *drill-across*.
- (E) *slice and disse*.

35

Leia o fragmento a seguir.

“CRISP-DM é um modelo de referência não proprietário, neutro, documentado e disponível na Internet, sendo amplamente utilizado para descrever o ciclo de vida de projetos de Ciência de Dados. O modelo é composto por seis fases: 1. entendimento do negócio; 2. ____; 3. ____; 4. Modelagem; 5. ____; e 6. implantação”.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, na ordem apresentada.

- (A) modelagem do negócio – limpeza de dados – testagem.
- (B) modelagem de requisitos – raspagem de dados – execução.
- (C) modelagem do negócio – mineração de dados – reexecução.
- (D) compreensão dos dados – preparação dos dados – avaliação.
- (E) mapeamento de metadados – mineração de dados – testagem.

36

O tipo de aprendizado máquina, que consiste em treinar um sistema a partir de dados que não estão rotulados e/ou classificados e utilizar algoritmos que buscam descobrir padrões ocultos que agrupam as informações de acordo com semelhanças ou diferenças, é denominado

- (A) dinâmico.
- (B) sistêmico.
- (C) por reforço.
- (D) supervisionado.
- (E) não supervisionado.

37

O *Power BI* da Microsoft oferece centenas de tipos de visualização de dados distintas.

A visualização que utiliza mapas com sombreamento ou tonalidades ou padrões para exibir como um valor difere na proporção em uma localização geográfica ou região, exhibe, rapidamente, essas diferenças relativas, com sombreamento que varia de claro (menos frequente/inferior) para escuro (mais frequente/mais).

Esse mapa se denomina

- (A) arcGIS.
- (B) do *azure*.
- (C) de árvore.
- (D) coroplético.
- (E) georeferencial.

38

O módulo *Scorecard and Strategy Management* do *Business Intelligence Enterprise Edition* da Oracle permite que analistas desenvolvam *Balanced Scorecards*.

O módulo fornece perspectivas padrão, em que o analista poderá definir estratégias e estruturas que assegurem estabilidade e sucesso em todas as perspectivas do negócio.

As quatro perspectivas padrão são

- (A) econômica – financeira – custos – KPI.
- (B) econômica – cliente – materiais – desempenho.
- (C) econômica – cliente – fluxo de trabalho – crescimento.
- (D) financeira – cliente – parceiros – aprendizado e crescimento.
- (E) financeira – cliente – processo interno – aprendizado e crescimento.

Administração Financeira e Orçamentária

39

A aplicação de políticas econômico-financeiras a fim de ajustar o controle da inflação, melhorar o nível de emprego e promover o crescimento econômico, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal ou outras medidas capazes de aumentar ou diminuir o nível da demanda agregada, é denominada função

- (A) social.
- (B) alocativa.
- (C) igualitária.
- (D) distributiva.
- (E) estabilizadora.

40

Assinale a opção que indica um objetivo direto da função distributiva do Governo.

- (A) Combate de desequilíbrios sociais e regionais.
- (B) Correção dos efeitos negativos de externalidades.
- (C) Correção de imperfeições no sistema de mercado.
- (D) Oferecimento de bens e serviços públicos eficientes.
- (E) Criação de condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado pelos produtores.

41

Em relação ao Orçamento-Programa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Representa o elo entre o orçamento e a sua execução.
- (B) A sua estrutura está voltada para os aspectos financeiros.
- (C) Considera, em sua elaboração, apenas os custos dos programas que não extrapolam o exercício.
- (D) O controle visa a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações governamentais.
- (E) As decisões orçamentárias são tomadas com base nos exercícios anteriores.

42

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa de modo a evidenciar a política econômica- financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

- (A) clareza, equilíbrio e anualidade.
- (B) universalidade, publicidade e clareza.
- (C) unidade, universalidade e anualidade.
- (D) exclusividade, unidade e orçamento bruto.
- (E) equilíbrio, exclusividade e orçamento bruto.

43

De acordo com a Lei nº 4320/1964, as cotas de receitas, que uma entidade pública deve transferir a outra, serão incluídas no orçamento da entidade obrigada à transferência e no orçamento da entidade que deverá receber, respectivamente, como

- (A) perda e ganho.
- (B) ativo e passivo.
- (C) despesa e receita.
- (D) ativo e patrimônio líquido.
- (E) crédito e débito com terceiros.

44

Em relação à Lei nº 4320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) As receitas nele recolhidas e as despesas nele legalmente liquidadas pertencem ao exercício financeiro.
- (B) A importância de despesa anulada no exercício reverte à dotação, e quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício será considerada receita do ano em que se efetivar.
- (C) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem liquidadas.
- (D) O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira é convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial do último dia do exercício financeiro.
- (E) A receita da dívida ativa não inclui os valores que correspondem à atualização monetária, à multa e juros de mora e aos encargos.

45

De acordo com a Lei nº 4320/1964, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente e, também, assumir compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.

Essas disposições não se aplicam

- (A) para atender o setor da saúde.
- (B) em casos comprovados de calamidade pública.
- (C) para promover ações relacionadas a políticas públicas.
- (D) em necessidade de recomposição salarial de funcionários.
- (E) para atender aos custos diretos essenciais para a organização das eleições.

46

Em relação aos orçamentos contidos na Lei Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.
- III. O orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual compreenderá o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

47

Em relação ao Plano Plurianual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem vigência de três anos e passa a vigorar a partir do primeiro ano do mandato presidencial.
- (B) Tem vigência de três anos e passa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial.
- (C) Tem vigência de quatro anos e coincide com o mandato presidencial.
- (D) Tem vigência de quatro anos e passa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial.
- (E) Tem vigência de quatro anos e passa a vigorar no último ano do mandato presidencial.

48

Assinale a opção que indica o vínculo entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

- (A) A LDO fornece diretrizes para a elaboração da LOA.
- (B) A LOA fornece diretrizes para a elaboração da LDO.
- (C) Ambas são elaboradas pelo Plano Plurianual.
- (D) São elaboradas de forma simultânea, tendo o mesmo prazo de envio.
- (E) Não há vínculo entre elas.

49

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da Lei Complementar irá conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada à(ao)

- (A) compensação da redução da receita realizada.
- (B) compra de ativos não prevista no Orçamento.
- (C) compensação de resultados deficitários e à constituição de crédito fiscal.
- (D) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- (E) retenção de superávit do período para preservação do patrimônio líquido da entidade.

50

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 175/2017, as receitas do Poder Executivo serão arrecadadas exclusivamente por via bancária e serão obrigatoriamente recolhidas à Conta Única do Tesouro Estadual.

Entende-se por receita qualquer ingresso que tenha sido decorrente, produzido ou realizado, direta ou indiretamente, pelos órgãos competentes, e que tenha caráter

- (A) originário ou derivado, ordinário e de natureza orçamentária, apenas.
- (B) originário, ordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, apenas.
- (C) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária, apenas.
- (D) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza extraorçamentária, apenas.
- (E) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária.

Finanças Públicas

51

As finanças públicas tratam da gestão dos recursos públicos.

Por meio da política fiscal, busca-se uma gestão equilibrada dos recursos públicos, de modo a contribuir para

- (A) a expansão e a internacionalização.
- (B) a conformidade e a padronização.
- (C) a estabilidade e o crescimento.
- (D) a governança e a responsabilidade.
- (E) a transparência e a prestação de contas.

52

A política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir as suas funções.

O fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, de modo a compensar as falhas de mercado, corresponde à função

- (A) alocativa.
- (B) igualitária.
- (C) estabilizadora.
- (D) redistributiva.
- (E) conservadora.

53

Relacione os tipos de tributos às suas respectivas explicações.

1. Impostos
2. Taxas
3. Contribuições de melhoria

- () têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- () têm como fato gerador a valorização imobiliária frente à existência de melhoria em imóvel determinado.
- () têm por fato gerador uma situação independente de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 2 – 1.

54

Assinale a opção que indica receitas classificadas como orçamentárias, de acordo com o Manual Técnico do Orçamento.

- (A) Fianças.
- (B) Emissão de moeda.
- (C) Depósitos em caução.
- (D) Empréstimos compulsórios.
- (E) Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

55

No que diz respeito à categoria econômica, as receitas orçamentárias podem ser classificadas em receitas correntes e receitas de capital.

Nesse sentido, analise as receitas a seguir.

1. Receita patrimonial
2. Alienação de bens
3. Impostos e contribuições de melhoria
4. Receita industrial
5. Operações de crédito
6. Receita de serviços

Assinale a opção que apresenta as *receitas de capital*.

- (A) 1 e 4, apenas.
(B) 2 e 5, apenas.
(C) 3 e 6, apenas.
(D) 5 e 6, apenas.
(E) 1 e 2, apenas.

56

A classificação da receita por esfera orçamentária tem por finalidade identificar se a receita pertence ao Orçamento Fiscal, da Seguridade Social ou de Investimento das Empresas Estatais.

Em relação ao Orçamento da Seguridade Social, assinale a afirmativa correta.

- (A) Contém receitas das áreas de saúde, educação, previdência social e assistência social.
(B) Refere-se aos recursos das empresas estatais não dependentes, em que a União detém a maioria do capital social com direito a voto.
(C) Compreende as receitas de todos os órgãos, entidades, fundos e fundações vinculados à Seguridade Social.
(D) A complementação dos recursos para financiar a totalidade das despesas de seguridade provém de transferências do orçamento de investimento das empresas estatais.
(E) Compreende as receitas cuja classificação orçamentária caracterizam-nas como originárias da prestação de serviços de saúde e educação, dependendo das entidades a que pertencem.

57

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento, o orçamento público está organizado em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras.

Em relação à classificação quantitativa, a dimensão física busca responder à seguinte pergunta:

- (A) De que forma serão aplicados os recursos?
(B) Quais insumos se pretende utilizar ou adquirir?
(C) Em qual classe de gasto será realizada a despesa?
(D) Qual o efeito econômico da realização da despesa?
(E) Quanto se pretende entregar no exercício?

58

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, ressalvados alguns casos, assinale a opção que indica o conteúdo base da regra de ouro.

- (A) O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital.
(B) O montante previsto para as despesas de capital não poderá ser superior ao das receitas de operações de crédito.
(C) O montante previsto para as despesas correntes não poderá ser superior ao das receitas de operações de crédito.
(D) O montante previsto para as despesas de capital deve ser similar ao previsto para as despesas correntes.
(E) O montante previsto para as receitas de operações de crédito deve ser similar ao previsto para a soma das despesas correntes e de capital.

59

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita corrente líquida compreende o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

No Estado do Amazonas, deve ser deduzido deste valor os montantes listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) As receitas provenientes da compensação financeira entre o regime geral da previdência e o regime próprio dos servidores públicos.
(B) As contribuições dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
(C) As parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
(D) Os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
(E) As despesas com pessoal custeadas com recursos recebidos da União.

60

Em relação à renúncia de receita, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o perdão da dívida em casos de pequeno valor, impossibilidade de pagamento ou custo de cobrança maior do que a dívida, caracterizam

- (A) anistia.
(B) remissão.
(C) crédito presumido.
(D) modificação de base de cálculo.
(E) concessão de isenção em caráter não geral.

Auditoria Governamental

61

De acordo com a ISSAI 100 - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, as auditorias do setor público partem de objetivos que podem ser distintos, dependendo do tipo de auditoria que está sendo realizada.

No entanto, todas elas contribuem para a boa governança com as ações listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Criando incentivos para mudança ao proporcionar conhecimento, análises abrangentes e recomendações bem fundamentadas para aprimoramentos.
- (B) Promovendo e executando o rodízio entre os responsáveis pelo trabalho de auditoria, de modo a buscar aumentar a independência entre o auditor e a entidade.
- (C) Fornecendo aos usuários previstos, com independência, informações objetivas e confiáveis, conclusões ou opiniões baseadas em evidência suficiente e apropriada, relativas às entidades públicas.
- (D) Fortalecendo a efetividade dos órgãos que, dentro do ordenamento constitucional, exercem funções gerais de controle e correção sobre o governo, bem como dos responsáveis pela gestão de atividades financiadas com recursos públicos.
- (E) Aperfeiçoando a transparência, promovendo melhorias contínuas e a confiança sustentada no uso apropriado de recursos e bens públicos e no desempenho da administração pública.

62

Assinale a opção que indica o foco da auditoria operacional no setor público.

- (A) Observar se um objeto particular está em conformidade com as normas identificadas como critérios.
- (B) Avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- (C) Avaliar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.
- (D) Determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade e se há espaço para aperfeiçoamento.
- (E) Obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir que o auditor expresse uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes, devido a fraude ou erro.

63

Os principais tipos de auditoria do setor público são as auditorias de demonstrações financeiras, as auditorias de conformidade e as auditorias operacionais.

Em relação ao objeto e à informação do objeto no tipo de auditoria correspondente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os objetos de uma auditoria operacional são as transações financeiras e não financeiras, enquanto a informação do objeto é a estrutura de relatório estabelecida e padronizada.
- (B) Os objetos de uma auditoria operacional são as atividades e as informações financeiras, enquanto a informação do objeto são os objetivos e as questões de auditoria.
- (C) Os objetos de uma auditoria financeira são programas específicos, entidades, fundos ou certas atividades, situações existentes e informações financeiras sobre qualquer um desses elementos, enquanto a informação do objeto são as demonstrações financeiras.
- (D) Os objetos de uma auditoria financeira são a posição financeira, o desempenho, o fluxo de caixa ou outros elementos que são reconhecidos, mensurados e apresentados em demonstrações financeiras, enquanto a informação do objeto são as demonstrações financeiras.
- (E) Os objetos de uma auditoria de conformidade são programas específicos, entidades, fundos ou certas atividades, situações existentes e informações financeiras sobre qualquer um desses elementos, enquanto a informação do objeto são as declarações de conformidade.

64

A ISSAI 100 - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, apresenta os princípios de auditoria do setor público em dois grupos. Assinale-os.

- (A) Internos e externos.
- (B) Éticos e operacionais.
- (C) Abrangentes e específicos.
- (D) Fundamentais e de melhoria.
- (E) Gerais e relacionados ao processo de auditoria.

65

Os auditores devem preparar documentação de auditoria suficientemente detalhada para permitir que a natureza, a época, o escopo e os resultados dos procedimentos executados, a evidência de auditoria obtida para fundamentar as conclusões e as recomendações da auditoria, o raciocínio por trás de todas as questões relevantes que exigiram o exercício de julgamento profissional e as respectivas conclusões sejam entendidos pelos /por

- (A) diretores da entidade, que não estão diretamente envolvidos com as atividades auditadas.
- (B) um estudante de contabilidade, que ainda não estudou as normas de auditoria.
- (C) um auditor experiente, sem nenhum conhecimento prévio da auditoria.
- (D) um usuário que tem conhecimento razoável das atividades da entidade e que revisam e analisam as informações de modo detalhado.
- (E) órgãos reguladores que acompanham e fiscalizam a entidade auditada.

66

Os auditores devem considerar a materialidade durante todo o processo de auditoria. Assinale a opção que indica porque uma questão pode ser julgada materialmente relevante.

- (A) Quando dizem respeito a apenas um grupo específico das demonstrações financeiras.
- (B) Quando envolvem valores monetários maiores do que 50% do patrimônio.
- (C) Quando seu conhecimento é suscetível de influenciar as decisões dos usuários previstos.
- (D) Quando sua não apresentação nas demonstrações financeiras gera uma ressalva por parte do auditor.
- (E) Quando sua não apresentação nas demonstrações financeiras gera um chamado dos órgãos reguladores.

67

Em relação ao planejamento de uma auditoria, analise as afirmativas a seguir.

- I. O planejamento de auditoria é um processo pontual que ocorre no início da auditoria, quando há a análise das circunstâncias, condições e mudanças ocorridas no período anterior e são definidos, com a administração da entidade auditada, os termos da auditoria.
- II. O planejamento, operacionalmente, estabelece um cronograma para a auditoria e define a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria, designando os membros de suas equipes e identificando os recursos que podem ser necessários.
- III. O planejamento, estrategicamente, deve definir o escopo, os objetivos e a abordagem da auditoria; o escopo diz respeito aos critérios que os auditores utilizarão para avaliar e relatar acerca do objeto; os objetivos dizem respeito àquilo que a auditoria pretende alcançar e, a abordagem, à natureza e à extensão dos procedimentos a serem aplicados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

68

O ISSAI 30, código de ética da INTOSAI, é baseado em cinco valores fundamentais.

Nesse sentido, a independência e a objetividade significam

- (A) agir honestamente, confiavelmente, de boa fé e no interesse público.
- (B) proteger adequadamente a informação, equilibrando isso com a necessidade de transparência e prestação de contas.
- (C) cumprir as leis, os regulamentos e as convenções aplicáveis, e evitar qualquer conduta que possa desacreditar as entidades.
- (D) adquirir e manter conhecimentos e habilidades adequados ao papel, agir de acordo com as normas aplicáveis e com o devido zelo.
- (E) ser livre de circunstâncias ou influências que afetam ou podem ser vistas como capazes de afetar o julgamento profissional e agir de maneira imparcial e sem viés.

69

De acordo com o ISSAI 30, Código de Ética da INTOSAI, a atitude mental em que os indivíduos são capazes de agir de forma imparcial e isenta, apresentando ou avaliando as coisas com base em fatos, em vez de sentimentos e interesses próprios, sem subordinar seu julgamento a outros, representa a

- (A) objetividade.
- (B) singularidade.
- (C) competência.
- (D) integridade.
- (E) confidencialidade.

70

Quando uma opinião de auditoria é utilizada para transmitir o nível de asseguarção, a opinião do auditor deve ter um formato padronizado e pode ser modificada ou não modificada.

Em relação à opinião modificada, relacione o tipo de opinião à sua respectiva explicação.

- 1. Qualificada
 - 2. Adversa
 - 3. Abstenção
- () O auditor discorda com, ou é incapaz de obter evidência de auditoria suficiente a apropriada acerca de certos itens do objeto que são ou podem ser relevantes, mas não generalizados.
 - () O auditor é incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, devido a uma incerteza ou limitação de escopo que é tanto relevante quanto generalizada.
 - () O auditor, após ter obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, conclui que desvios ou distorções, quer individualmente ou no agregado, são relevantes e generalizados.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 1 – 2.

Realização

